

APRENDIZAGEM E A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIENTE INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR

Ionê Evangelista dos Reis¹
Ana Lúcia Cardoso Trindade²
Alexandre Rosa³

RESUMO

Este trabalho é recorte de uma pesquisa desenvolvida em uma escola de Ensino Fundamental – anos iniciais. O objetivo da pesquisa foi analisar a percepção do professor sobre a importância de como se desenvolve a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual na sala de recursos multifuncional, AEE - Atendimento Educacional Especializado, no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular. Apresenta a sala de recursos como apoio no processo inclusivo e a importância da presença do professor especializado, para esse atendimento. Os resultados ressaltam a importância da sala de recursos no processo inclusivo. Contudo, revela que o trabalho nela desenvolvido não deve e não pode ser confundido com reforço escolar ou repetição de conteúdos curriculares da classe regular. Ela deve ser um espaço de desafio no qual o aluno, com deficiência, encontra condições necessárias para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, com vistas à superação de seu próprio limite, em busca da verdadeira inclusão. A Inclusão de alunos que apresentam, necessidades educacionais especiais vêm mobilizando a sociedade e toda comunidade escolar frente a este novo modelo de escola, onde todos os alunos devem estar incluídos nas salas de aulas, do ensino regular. Desse modo, todos os indivíduos, inclusive os deficientes Intelectuais, devem ter garantido seu direito de acesso e permanência na escola pública gratuita e de qualidade, possibilitando, assim, uma vida independente e uma postura crítica frente aos fatos ocorridos no cotidiano.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Deficiência Intelectual; Atendimento Educacional Especializado – AEE.

1. INTRODUÇÃO

¹ Faculdade João Calvino, Licenciada em Filosofia Em Bom Jesus da Lapa – Bahia, curso de Especialização em Metodologia de Ensino e Pesquisa na Educação em Filosofia e Sociologia da Educação. Pós-Graduação Lato Sensu, GO. Curso de Especialização em Metodologia de Ensino e Pesquisa na Educação em Metodologia do Ensino Superior. Pós-Graduação Lato Sensu, GO. Curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional Pós-Graduação Lato Sensu. Faculdade de Ciências e tecnologia da BA. Mestranda da PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU KYREY SÂSO INSTITUTO DE EDUCACION SUPERIOR ASUNCION-PARAGUAY (Gerência e Administração de Políticas Culturais e Educacionais). Professora Municipal da Cidade de São Félix do Coribe-Bahia. Na escola de 1º grau Leônidas de Araújo Castro. Nível: II. ione_nam@hotmail.com

¹ Pedagoga pela Universidade Estadual do Sudoeste. Licenciada em Letras (Português/Inglês) pela Faculdade de Tecnologia e Ciência, Pós-graduada em Psicopedagogia pela Faculdade Internacional de Curitiba. Mestranda em Gerência e Administração de Políticas Culturais e Educacionais pelo Instituto de Educação superior Kyre'y Saso.

³ Mestrando no Instituto de EducaciónKyre'ySâso – Asunción – Paraguay; xadjvc@yahoo.com.br



Este artigo é o resultado de um estudo de caso sobre o deficiente intelectual e sua inclusão no ensino regular.

As escolas de todo o país enfrentam um “novo-antigo” desafio: Incluir no cotidiano escolar todos os alunos, com suas semelhanças e diferenças, possibilitando, com isso, o desenvolvimento integral dos sujeitos. No entanto, sabe-se, na prática, que isso tem se constituído numa tarefa, tanto para os professores quanto para a instituição escolar de modo geral, uma vez que faltam recursos de todo tipo: formação adequada aos professores, material pedagógico que atenda às necessidades tanto dos alunos com dos professores, infraestrutura material no espaço escolar, equipe multiprofissional e apoio de entidades para a construção de um fazer pedagógico de qualidade.

Vale a pena ressaltar a preocupação de teóricos e especialistas na elaboração de material para a formação de professores, com o objetivo de propiciar a inclusão de alunos no processo de ensino-aprendizagem. Embora haja um vasto material teórico e cartilhas de orientação, na prática, isso ainda se constitui num grande desafio para a maior parte dos educadores comprometidos com o processo de desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos.

A inclusão escolar, influenciada por diretrizes internacionais, vem se constituindo como prioritária na legislação brasileira desde a década de noventa, com base nos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), na legislação nacional parte do pressuposto que a educação inclusiva se caracteriza como uma ampliação de acesso à educação dos grupos historicamente excluídos em função de sua classe, etnia, gênero, idade e deficiência, entre outros.

Desta forma, a vida em sociedade pressupõe o reconhecimento das multiculturas, resultado do avanço das novas tecnologias e das complexas transformações nos modos de produção social, o que se reflete na escola de modo significativo.

Sendo assim, de acordo com Ferreira e Guimarães (2003, p. 37) é “inquestionável o fato de que, a todo o momento, as diferenças entre os homens se fazem presentes, mostrando e demonstrando as especificidades naturais de cada um. É o direito de ser, sendo diferente”.



À vista disso, o espaço escolar pode traduzir esse direito através da construção de práticas dialógicas, onde, segundo Freire (2020, p. 45):

Há sujeitos que se encontram para a pronúncia do mundo, para a sua transformação, e neste contexto, não pode haver dominadores nem dominados, apenas a busca permanente que o processo de conhecer implica.

Isso vai muito além de apenas aceitar as diferenças, mas implica, sobretudo em acreditar que:

A educação processa-se e acontece no contato entre os seres humanos, de maneira que as potencialidades, facilidades ou dificuldades de cada um moldam a extensão e o grau desenvolvimento psicossociais próprios. (FERREIRA E GUIMARÃES, 2003, p. 42).

Fundamentado, o delineamento discute, por meio de um estudo de caso, o desenvolvimento e o processo de ensino-aprendizagem, de um aluno com deficiência intelectual incluído em classe comum do ensino regular realizada no período de maio de 2019 a dezembro de 2019. O conceito de educação inclusiva, nesse texto, é entendido como um processo amplo, no qual a escola deve ter condições estruturais (físicas, de recursos humanos qualificados e financeiros) para acolher e promover condições democráticas de participação dos alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino-aprendizagem. Incumbe num processo no qual a escola possa promover não só o acesso e a permanência, mas também o aproveitamento social e escolar, levando em consideração as singularidades de cada um, com ou sem apoio especializado.

Em visto disto, defende-se uma proposta de educação que se pretenda inclusiva envolve não apenas o acesso e a permanência na classe comum do ensino regular, mas também o desenvolvimento social e escolar do aluno com deficiência.

Para descrever, a “A inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular” deliberou pelo método dialético, por possibilitar a análise do fenômeno da inclusão escolar em seu contexto mais abundante, levando-se em conta as contradições deste fenômeno social. O resultado disso é o aumento significativo dos encaminhamentos de crianças, adolescentes e dos próprios professores para especialista da área da Saúde, indicando a compreensão da maior parte das pessoas de que o problema de escolarização, que envolve toda a complexa estrutura escolar, é individual e de carácter orgânico, deslocando o foco do problema, que é político-social, para o corpo e o psiquismo dos alunos e dos professores.



Vale lembrar que desde Salamanca o termo necessidades educacionais especiais, assim como a expressão educação inclusiva passaram a abranger desde pessoas com dificuldades de aprendizagem decorrentes de condições econômicas e socioculturais, até pessoas com algum tipo de deficiência, altas habilidades ou condutas típicas.

Assim, este artigo tem como objetivo possibilitar ao profissional o conhecimento das principais características de desenvolvimento e dificuldades dos sujeitos com deficiência intelectual, bem com as possibilidades de intervenções no contexto escolar e social. Entendendo o seu papel como mediador da inclusão do aluno que apresenta qualquer característica. Além disso, o objetivo é de refletir sobre os princípios e as estratégias de intervenção diante dos problemas de escolarização do aluno, segundo uma perspectiva crítica, no contexto escolar. É de suma importância destacar que a Dialética se fundamenta em princípios: a unidade dos opostos, quantidade e qualidade e negação da negação. Quanto aos fins, a pesquisa foi realizada de forma descritiva, bibliográfica e qualitativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICO

A deficiência intelectual historicamente vem sendo considerado uma condição patogênica, vista como fator que impossibilita a participação social e educacional da pessoa.

Antigamente, na Grécia, os deficientes intelectuais eram abandonados ou assassinados por não atenderem os ideais de beleza e perfeição. Na idade Média, por apresentarem sinais de malformação física ou mental, os deficientes intelectuais eram considerados filhos de satanás, sendo queimados em fogueiras (CARVALHO, 2004).

Entretanto, por conta do advento do cristianismo, os deficientes intelectuais também eram protegidos como inocentes de Deus, uma vez que apresentavam a inocência e a pureza (CARVALHO, 2004).

No século XVII, houve o interesse da ciência no estudo da deficiência com a obra "Opera Omnia" de Nicolau Tamaturgo, que hoje é conhecido como São Nicolau, padroeiro dos deficientes (CARVALHO, 2004).



As pessoas com deficiência intelectual passaram a ser consideradas passíveis de ser educado somente no século XIX, graças ao trabalho do médico Jean Itard (1774-1838) — consideradas o primeiro teórico de Educação Especial — com o menino Victor de Aveyron, conhecido como “menino selvagem” (CARVALHO, 2004).

Atualmente, houve uma grande mudança na maneira de tratar a pessoa com deficiência, não mais usando os termos do passado com significados negativos. Segundo Pessotti (1984.p.25):

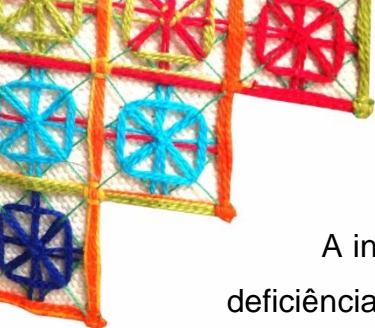
Deficiência Intelectual veio substituir conotações e termos errôneos como “débil mental”, “idiota”, “retardado mental”, excepcional, “incapaz mentalmente”, “maluco” ou “louco”, construídos e utilizados por médicos, em determinados períodos históricos da sociedade europeia.

Há um estigma em relação aos fatores relacionados à aprendizagem que está completamente atrelado à classificação do grau de deficiência, como também à grande tradição dos testes de inteligências, que favorecia os acima da média e segregava as pessoas que estivessem abaixo da média. Desta forma, é necessário estabelecer uma importante reflexão no sentido de conhecer os caminhos já percorridos pela inclusão, bem como recriar práticas educativas escolares capazes de oportunizar aprendizagem a todos os alunos.

Apesar da legislação em vários países, inclusive no Brasil, ser a favor da prática da inclusão, as escolas e a própria sociedade em geral continuam evidenciando a impossibilidade desta prática, quer por questões de acesso, quer por não se sentirem preparadas no campo metodológico, ou ainda por não dispor de apoio pedagógico necessário, o fato é que as escolas regulares resistem à inclusão, como se dentro de seu quadro discente já não houvesse alunos com várias necessidades, como se a uniformidade estivesse presente na escola atual.

Hoje, com a política pública de inclusão na rede regular de ensino, tem se mudado essa visão que segrega e subestima as possibilidades de desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual.

Assim, a grande questão a ser estudada é: de que forma a escola regular pode consolidar o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em suas atividades pedagógicas, sem que esta seja apenas uma integração social, mas seja realmente uma prática inclusiva com resultados positivos na aprendizagem.



A inclusão tentando garantir uma educação de qualidade para os alunos com deficiência incluídos no ensino regular, trouxe através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Atendimento Educacional especializado (AEE), um serviço da educação especial que "[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/ SEED/ MEC, p.17, 2010)

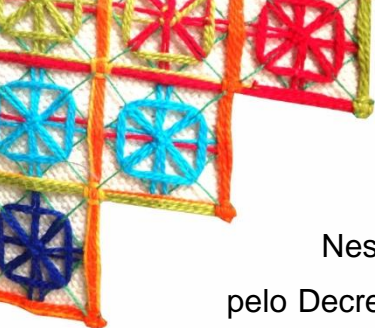
O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. (SEESP/ SEED/ MEC, p. 17, 2010)

A Política de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de janeiro de 2008, assegura o direito de toda criança frequentar a escola comum, esclarecendo ações que são de competência da educação especial daquelas que são de competência do ensino comum.

Este último é responsável pela escolarização de todos os alunos, indistintamente, nas classes comuns de ensino, o primeiro, pelos serviços de que podem necessitar os alunos público alvo da educação especial.

Dentre esses serviços, a política orienta para a oferta do AEE - Atendimento Educacional Especializado. De acordo com essa política, este atendimento assegura que os alunos aprendam o que é diferente do currículo de ensino comum e que é necessidade para que possam ultrapassar as barreiras imposta pela deficiência.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE- destinado aos alunos público alvo da educação especial, é um serviço que: Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Este atendimento privilegia o desenvolvimento dos alunos e a superação dos limites intelectuais, motores ou sensoriais. Visa especialmente, o acesso ao conhecimento, permitindo ao sujeito sair de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber.



Neste sentido, o Atendimento Educacional Especializado foi regulamentado pelo Decreto Nº 6.571, de 2008. O referido decreto reestrutura a educação especial, consolidam diretrizes e ações já existentes, voltadas à educação inclusiva, e destina recursos do Fundo da Educação Básica (FUNDEB) ao atendimento de necessidade específicas do segmento.

A declaração dos direitos dos deficientes aprovados pela ONU, em 13 de dezembro de 1975, diz em seu artigo 4^a: “O deficiente tem os mesmos direitos civis e políticos dos demais seres humanos”.

O professor de AEE oferece acompanhamento em sala de aula para ensinar o uso de recursos destinados aos alunos com deficiências aos professores do e demais alunos. O professor do AEE deve identificar e desenvolver estratégias educativas visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos mesmos.

Ele inclui em suas ações, avaliação do aluno, a gestão do seu processo de aprendizagem e acompanhamento desse aluno na sala de recursos multifuncionais (espaço destinado para realização do AEE) e na interlocução com o professor.

Segundo Carneiro (2007) menciona que os alunos com deficiência intelectual são os que forçam a escola a reconhecer a inadequação de suas práticas para atender às diferenças dos educandos. De fato, as práticas escolares convencionais não dão conta de atender às pessoas com deficiência intelectual, em todas as suas manifestações, assim como não são adequadas às diferentes maneiras de os alunos, sem qualquer deficiência, abordarem e entenderem um conhecimento de acordo com suas capacidades.

Apesar de assegurado pelo decreto acima mencionado, O AEE não está “implementado” em todas as escolas brasileiras e, ainda como se trata de um serviço recente, não dispomos de pesquisas que indiquem o impacto desse atendimento na aprendizagem dos alunos que dele se beneficiam.

Dentro desta perspectiva, a inclusão escolar obteve avanços significativos no decorrer de sua história, mas ainda há a necessidade de envolvimento político, institucional e familiar para que esses avanços continuem ocorrendo e pensando sempre na criança especial, pois se está lidando com pessoas, seres únicos, que possuem sentimentos e expectativas (MANTOAN, 1997).

O princípio básico da inclusão escolar consiste em que as escolas reconheçam diversas necessidades dos alunos e a elas respondam, assegurando-lhes uma educação de qualidade, que lhes proporcione



aprendizagem por meio de currículo apropriado e promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros quesitos (UNESCO *apud* MENDES, 2002, p. 56).

Desta mesma maneira a inclusão é um processo que contribui para a construção de um novo tipo da sociedade, com transformações nos ambientes físicos, como: espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos, meios de transportes, entre outros, e na mentalidade de todas as pessoas, porque ninguém carrega sua deficiência nas costas e de vez em quando descansam delas. O ser humano existe com suas limitações e possibilidades, sendo deficiente ou não, por isso a sociedade não deve pensar na ilusão de descansar também (MANTOAN, 1997).

Nesse sentido, o atendimento educacional por si só não garante a aprendizagem dos alunos, ou seja, mudanças substanciais no interior da escola e nos sistemas de ensino se fazem necessárias para garantir a aprendizagem de todos os alunos. A colaboração entre os diversos agentes da escola tais como os gestores e a equipe técnica, os professores do AEE são imprescindíveis para o desenvolvimento de uma prática sintonizada com as necessidades dos clientes.

Portanto, a meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos:

à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminham-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular (MANTOAN, 1997, p. 56).

Assim a família e a escola são à base de formação para um cidadão. A deficiência intelectual não é uma condição estática, nem um traço pessoal não podendo ser vista somente pelos impedimentos. Ela deve ser compreendida dentro de uma abordagem ecológica que considere o funcionamento da pessoa na interação com o mundo em que vive, observando as oportunidades e o apoio recebidos ao longo da vida. O trabalho do professor deve priorizar o desenvolvimento intelectual e a autonomia dos seus alunos com deficiência intelectual, não enfatizando atividades mecânicas, e sim o desenvolvimento das funções psicológicas superiores com aprendizagens significativas, conforme defende Vygostsky (1994-1997).

3 ASPECTOS DA PESQUISA



Pontue-se que é possível identificar iniciativa na escola Municipal Deputado Ulisses Guimarães, que está situada na Rua Vila Nova, S/N, setor Vila Nova, nesta cidade de Santa Maria da Vitória. Foi criada através do ato de criação da Lei nº 360 de 24/03/1993, e ato de Autorização e Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE053/93 de 17/05/98, inaugurada em 22/03/1993).

A escola encontra inserida numa comunidade de Baixa Renda que em sua maioria tem uma família desestruturada tanto no aspecto financeiro como no afetivo e isso interfere de maneira parcial no processo de ensino e aprendizagem. O êxodo rural vem provocando no decorrer do tempo, o inchaço na rede urbana deste município situado no extremo Oeste da Bahia, provocando assim, um grande desnível social e econômico. No que se refere ao conhecimento a Missão do trabalho é de forma coletiva oferecendo a assegurando um ensino de qualidade, garantindo a o acesso e a permanência dos alunos, formando cidadãos capazes de agir na transformação da sociedade.

Desta forma, sustenta nos princípios do paradigma da inclusão, ao defender: a não discriminação, o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana, acessibilidade e igualdade de oportunidades. Além disso, deve assegurar que as pessoas com deficiência recebem apoio no sistema regular de ensino favorecendo o seu desenvolvimento, uma vez que existe aluno por nome de F. B. dos Santos matriculado na turma do Jardim I, neste estabelecimento de ensino, o mesmo de 5 filhos, é gêmeo com sua irmã Yasmi. O mesmo possui um diagnóstico de deficiência Intelectiva Idiopático, com CID (F79).

Diante desse cenário, a escola, assume o compromisso de elaborar diretrizes, os pais expressaram a preocupação com o futuro do filho em comentário como este: “meu filho tem 5 anos e tem de se preparar para o futuro, para outro momento da sua vida, e a escola precisa ajudar”. E também se questionavam sobre a efetiva inclusão escolar: “ às vezes tenho vontade de tirar meu [filho da escola], porque a escola não se preparou para receber nossos filhos aqui. ” Mas eles devem permanecer na escola, porque esse é o momento de eles aprenderem.

Considerando esses fatos, a integração dos alunos com deficiência começou quando eles chegaram à escola e tem sido feita na medida das possibilidades da própria escola, podendo ser fortalecida com a mobilização, motivação, apoio dos professores, em colaboração com os familiares e os outros alunos. Muitas outras



possibilidades de ações de educação inclusiva de alunos com deficiências podem ainda ser exploradas, como preparar alunos voluntários para dar aulas para os ainda não alfabetizados: promover visitas de professores a outros locais de formação, como escolas de ensino técnico e universidades, que possam mostrar as perspectivas de estudos e de trabalho dos alunos com deficiência.

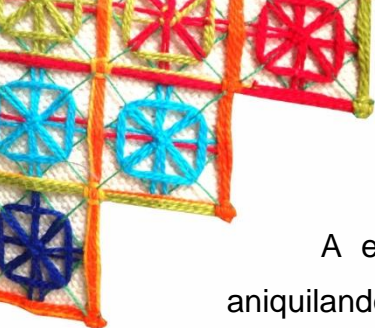
Portanto, enquanto as transformações sociais mais profundas não ocorrem, deve-se lutar para as condições escolares, a serem mais justas e dignas possíveis. Para as pessoas com DI, deve-se lutar por espaços profissionais associados não apenas com salários adequados, mas também com os projetos de vida, com a individuação; a deficiência não deveria ser negada nem tomada como barreiras ao desenvolvimento individual.

Dentro deste princípio, a inclusão se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes as diferenças de aprendizagem dos alunos, considerando o desenvolvimento deles como prioritário. A prática da inclusão implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e na concepção de que a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo.

O professor pode ampliar as possibilidades aprendizagem do aluno a partir de diferentes propostas didáticas as quais ele pode organizar no desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Para isso, é importante refletir sobre os desafios do cotidiano escolar. Este novo olhar e esta nova forma de atuar ampliam as possibilidades de desenvolvimento profissional e pessoal do professor. A educação brasileira enfrenta o desafio de, no desenvolvimento das práticas cotidianas, transforma-se, para ser capaz de garantir a acessibilidade e a permanência de todas as crianças, de modo que elas possam se apropriar dos bens culturais traduzidos como conhecimentos escolares. A concretização da política de inclusão se torna perceptível quando as redes de ensino começam a se organizar para receber e oferecer as condições de aprendizagem a todo seu alunado.

4 CONCLUSÃO



A educação não pode continuar ignorando o que acontece a sua volta, aniquilando e marginalizando as diferenças nos processos através dos quais, forma e instrui os alunos. É muito menos desconhecer que aprender implica em saber expressar, dos mais variados modos, o que sabemos representar o mundo, a partir de nossas origens, valores, sentimentos. O trabalho pedagógico na sala de recursos só tem sentido se o professor do ano que o aluno se encontra der continuidade na sala regular.

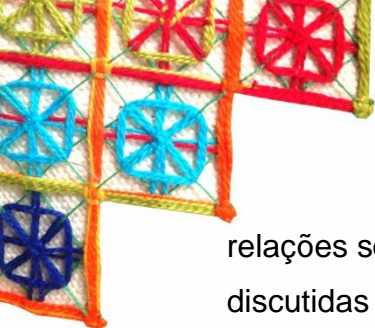
De certa forma, a sala de recursos da escola onde a pesquisa foi desenvolvida está tentando cumprir o seu papel no processo inclusivo, considerando que a natureza pedagógica a ela atribuída é a de complementar o atendimento educacional realizado em classes regulares.

A literatura evidencia que, no cotidiano da escola, os alunos com necessidades educacionais especiais, inseridos nas salas de aula regular, vivem uma situação de experiência escolar precária, ficando, quase sempre, à margem dos acontecimentos e das atividades em classe, porque muito pouco de especial é realizado em relação às características de sua diferença. De acordo com Vygotsky fez muita crítica à escola especial de sua época, no entanto ele insistiu na existência de uma educação especial que atendesse àquilo de que a criança necessitava. Segundo ele, a educação escolar deveria levar em conta a organização sociopsicológica peculiar dos casos de deficiência; embora as leis gerais do desenvolvimento sejam as mesmas para todas as crianças, seria preciso manter metas educacionais elevadas, promovendo a construção de capacidades, sem se atrelar ao nível de desenvolvimento já alcançado pelo aluno, com condições que atendam às singularidades ligadas ao tipo de deficiência.

Vale lembrar que o trabalho desenvolvido na sala de recursos não deve e não pode ser confundido com reforço escolar ou repetição de conteúdos programáticos da classe regular.

Oliveira (2009, p.74) orienta que “cabe à escola criar condições necessárias para o desenvolvimento do aluno e para a superação de seu próprio limite”. A escola lócus da pesquisa tem buscado criar tais condições.

Deste modo, os recursos especiais e caminhos alternativos não ficam dispensados, porque o aluno está frequentando uma escola regular. Portanto, pensar a inclusão pressupõe políticas educacionais claras, coerentes e fundamentadas nas



relações sociais. As questões teóricas do processo de inclusão têm sido amplamente discutidas por estudiosos e pesquisadores da área de Educação Especial, entretanto pouco se tem feito no sentido de sua aplicação prática. O como incluir tem se constituído a maior preocupação de pais, professores e estudiosos, considerando que a inclusão só se efetivará se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional.

Qualquer tentativa de inclusão deve ser analisada e avaliada em seus mais diversos aspectos, a fim de termos a garantia de que esta será a melhor opção para o indivíduo que apresenta necessidades especiais (CORREIA, 1997).

A inclusão ainda enfrenta muitas barreiras e tem caminhos para percorrer, o importante é que isto já se iniciou e, no futuro, esperasse que a escola seja um lugar onde não haja discriminação e preconceito, que seja um lugar onde as diferenças e o tempo de aprendizagem de cada um seja valorizado.

Acreditamos que os resultados deste estudo possam contribuir de alguma forma, com as discussões atuais em torno da temática sobre a inclusão do deficiente intelectual no ensino regular e a formação de professores que trabalham com esses alunos.

REFERENCIAS

Brasil. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Ministério da Educação. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação – uma introdução á teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARNEIRO, Moacir Alves. **O acesso de aluno com deficiência às escolas e classes comum. Possibilidades e limitações**. Petrópolis, RJ: Editoras Vozes, 2007.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 64. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

MANTOAN, Maria Tereza E. **Ser ou estar: eis a questão**. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro, WVA, 1997.



MANTOAN, M.T.E. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1989

_____. A integração de pessoas com deficiências: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo, Memnon: edições científicas, 1997

_____. Essas crianças tão especiais: manual para solicitação do desenvolvimento de crianças portadoras da síndrome de down. Brasília, 1993.

MENDES, E. G. Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. S.; MARINS, E. S. C. F. (Org.) Escola Inclusiva. São Carlos: EduFSCar, 2002. p. 61-85.

OLIVEIRA, A. A. S. Estratégias para o ensino inclusivo na área da deficiência intelectual: alguns apontamentos. In: MARQUEZINE, M.C.; MANZINI, E.J.; BUSTO, R.M.; TANAKA, E.D.O.; FUJISAWA, D.S. (Org.). Políticas públicas de formação de recursos humanos em educação especial. Londrina: ABPEE, p.69-82, 2009.

PESSOTTI, I. Deficiência mental: da superstição a ciência. São Paulo: T.A.Queiroz, 1984.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

SEESP/ SEED/ MEC, A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva, Fascículo I, Brasília, 2010.